

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: VARIAÇÕES SOBRE O MESMO TEMA

Fernando Henrique Cardoso*
Gisela Santos Alencar**

Que estratégia de desenvolvimento irá prevalecer, depois do reconhecimento global de que é preciso reverter as tendências destrutivas que ameaçam a sobrevivência da terra, tanto das sociedades miseráveis quanto das sociedades que desfrutam dos mais altos padrões de consumo? O desenvolvimento sustentável proposto pelos países desenvolvidos e implementado pelos mecanismos financeiros internacionais ou aquele ansiado pelos países em desenvolvimento?

* Sociólogo, Senador da República, Brasília.

** Advogada, Assessora de Relações Internacionais do Supremo Tribunal Federal, Brasília.

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: DUELO DE PARCEIROS

O tema que hoje se reveste de importância crucial para o destino da humanidade conseguiu ultrapassar quase três quartos deste século sem ser objeto de maiores cogitações. Somente a partir de 1968, com o Relatório Pearson do Banco Mundial, que considerou cada vez mais significativo o hiato que separava os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos, começou a ser trilhado o caminho para que se chegasse às atuais definições de desenvolvimento sustentável como "*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*"¹, ou

¹ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

² COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Nossa Própria Agenda*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Washington D.C., Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova Iorque, 1990.

*aquele que distribui equitativamente os benefícios do progresso econômico, protege o meio ambiente local e mundial para as futuras gerações e melhora verdadeiramente a qualidade de vida*².

Fugindo da discussão sobre quem levaria os louros da presente tomada de consciência sobre os temas globais (entendidos como aspectos de interesse de toda a humanidade, a rigor a paz e o meio ambiente), se as transformações da ordem internacional, com o fim da guerra fria e a globalização da economia; se os efeitos da "revolução da microeletrônica", permitindo a ultrapassagem do "reino da necessidade" e dando tempo e espaço aos homens para olharem em torno de si e perceberem o planeta como um lar comum; ou se o oportunismo despertado pela CNUMAD-RIO/92; é certo que estes temas saíram da vanguarda para prover um ambientalismo multisetorial e abrangente, não radical e interdisciplinar, permeando questões econômicas, éticas, sociais, culturais, políticas e ecológicas. Teríamos então penetrado, sem clara percepção do fenômeno, numa era que reúne tópicos do humanismo Renascentista e da integração entre razão e natureza própria do Iluminismo setecentista, ou como já se apregoa, no Novo Humanismo.

Do filósofo francês Michel Serres, discípulo de Aron e Clausewitz, parte uma curiosa proposta a esse respeito: um novo contrato haverá de ser firmado entre os homens

³ SERRES, M. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

no século que se anuncia - inspirado no Contrato Social de Rousseau - para oferecer novas regras de convivência em sociedade, mas agora reconhecendo a presença de um novo ator, coadjuvante anônimo que súbito é guindado ao papel principal, viril e frágil a um só tempo, o Planeta Terra. O *Contrato Natural*, segundo Serres, permitirá a superação dos conflitos que permanecem invariavelmente entre os homens, os países e a natureza³.

Portanto, para onde quer que movamos a vista encontraremos adeptos do novo humanismo e do novo ambientalismo, até porque estas "utopias" são aparentemente inofensivas, de grande apelo principalmente quando se assiste à falência ou à transformação das grandes utopias. Mas temas leves e digeríveis como a paz e o meio ambiente também trazem consigo uma sombra de conflitos não de todo resolvidos, herança de um passado recente de guerra fria e competição explícita, e projetam para adiante de si outros conflitos distintos dos comumente analisados, mas sem dúvida tão complexos quanto.

O desenvolvimento sustentável se apresenta como um termo ambíguo por essência, e cedo será possível enxergar que balizas, que contornos realmente se estabelecerão para defini-lo. De um lado está a palavra dos organismos internacionais, sua manifestação nas propostas de financiamento para os países subdesenvolvidos - que se rechearam de condicionantes de teor ambiental - e a crescente disposição para dar a estes países o mesmo tratamento dado aos países desenvolvidos, sem reconhecer a enorme desproporção entre os padrões de consumo, de emissão de poluentes e de produção de resíduos perigosos, entre uns e outros países. Do outro lado, a tentativa dos países não desenvolvidos de emprestar ao termo desenvolvimento sustentável um caráter ético, social e político, especialmente.

Isto porque, ao contrário do senso comum de que este é apenas um problema econômico, elegendo a transferência de tecnologia como o fator determinante das transformações sociais, este é um problema político, o que implica dizer que as decisões políticas dos países não desenvolvidos de fato serão capazes de esculpir um novo mapa e de redigir um novo contrato para as novas sociedades sustentáveis, que não serão guiadas, única e simplesmente, pela trilha do desenvolvimento tecnológico, ainda que se reconheça sua real importância para o destino dos paí-

ses do Terceiro e do Quarto Mundos.

O desenvolvimento sustentável é, ainda, um termo que se adapta a diversas definições (dezenas, segundo o relatório *Blueprint for a Green Economy* de 1989). De fato, existe um consenso global de que o padrão de desenvolvimento baseado em crescimento econômico e degradação ambiental não deve mais ser aplicado, quer por países centrais, quer por países periféricos. Mas, entre o reconhecimento comum de que é preciso alterar o modelo de desenvolvimento e a aceitação de uma única forma de desenvolvimento por e para todos os países, existe uma via a rigor intransponível e de resto obstruída pela luta de interesses conflitantes de vários atores: Estados, ONGs, empresários, sociedade civil e comunidade científica, na Universidade. Muito embora hoje já não seja uma atitude vanguardista associar o desenvolvimento sócio-econômico à proteção ambiental, ainda é um imperativo perguntar: de que desenvolvimento sustentável se está falando?

A EPOPÉIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: DO ECODESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde o Painel de Experts em Desenvolvimento e Meio Ambiente realizado em Founex, Suíça, de 04 a 12 de junho de 1971, realçou-se a oportunidade de se considerar a proteção ao meio ambiente no contexto das necessidades prementes dos países em desenvolvimento. O relatório de Founex deixou claro que a preocupação ambiental deveria integrar o processo de desenvolvimento destes países, mas nunca servir para estancá-lo.

Um ano depois, em Estocolmo, onde se discutia o desenvolvimento humano pela primeira vez numa conferência mundial, foi enfatizado o aspecto de que mais de 2/3 da humanidade estava sob o domínio da pobreza, da desnutrição, do analfabetismo e da miséria, e que o grande desafio da humanidade era resolver estes graves problemas. Reconheceu-se, todavia, que para os países subdesenvolvidos era necessário pensar conjuntamente desenvolvimento e proteção ambiental, com o objetivo de poupá-los dos erros já cometidos pelos países desenvolvidos, utilizando racional e eficazmente recursos naturais e humanos, me-

lhorando a qualidade de vida dos seus povos. Mas a prioridade era o desenvolvimento e não o "crescimento zero". Estes países tinham então uma dupla e árdua tarefa a cumprir: a um só tempo lidar com o desenvolvimento sócio-econômico sem prejuízo do meio ambiente e lutar para a erradicação, ou ao menos a diminuição de seus altos índices de miséria.

Assim, enquanto por parte dos países desenvolvidos a questão de proteção ao meio ambiente era tratada num contexto asséptico, livre da poluição da miséria e da pobreza, pelos países subdesenvolvidos era impossível desconhecê-la, já que estava presente e visível, incomodando de fato, mais que as moléculas de carbono, as chuvas ácidas ou o lixo nuclear. As posturas, então, divergiam.

Em meados da década de 70, no documento *Another Development - What now?*, afirmaram-se as versões de Ignacy Sachs, Maurice Strong e Dag Hammarskjöld sobre ecodesenvolvimento como o desenvolvimento de cada homem e mulher em sua integralidade, e não apenas o crescimento de coisas, que são simplesmente meios. Desenvolvimento acoplado à satisfação de necessidades básicas dos pobres, que constituem a maioria no mundo, e que ao mesmo tempo possa garantir a humanização do homem através da satisfação de suas necessidades de expressão, criatividade, convívio humano e do direito de decidir seu próprio destino.

A reação a este conteúdo essencialmente humano do ecodesenvolvimento veio com o relatório do Clube de Roma, em 1972, onde as pessoas deixaram de ser homens e mulheres e passaram a ser população, que além de miserável crescia em números "alarmantes" e desordenadamente, pondo em risco o meio ambiente global.

Em 1987, o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) propôs como objetivos do desenvolvimento sustentável: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades presentes e essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; e, por fim, incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

A advertência do relatório era crucial: a manter-se o ritmo de devastação a que estava sendo submetido o planeta (a cada ano, 6 milhões de hectares de terras produtivas

vas se transformam em desertos inúteis, e em trinta anos isso corresponderá a uma área igual às áreas somadas da Alemanha, Espanha, Inglaterra, Itália, França e Noruega - 2.170.000 km²; a cada ano, mais de 11 milhões de hectares de florestas são destruídos, e em 30 anos isso corresponderá a uma área igual à Índia - 3.500.000 km²) breve não haveria mais recursos suficientes para a sobrevivência da humanidade na Terra.

A estes dados sobre escassez de recursos naturais, o Relatório *Nossa Própria Agenda* contrapôs os seguintes dados: o número absoluto de pobres em 1985 era quase 50% maior do que em 1960 e cerca de 25% maior do que em 1980. Em 1990, o número de pobres chegou a 204 milhões. Quanto às necessidades básicas, um percentual estimado em 40% dos lares não recebe o mínimo de calorias considerado indispensável; dos 12 milhões de bebês nascidos por ano, mais de 700.000 morrem antes de completarem um ano de idade; o índice de abandono no ensino de escolas primárias é de 15% (mais alto que na África e Ásia); o desemprego e o subemprego afetam 44% da força de trabalho; e 68% das habitações podem ser classificadas como inadequadas. E, textualmente, considerou:

Eliminar a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos pobres das áreas rurais e urbanas é o repto mais urgente com que se defrontam governos e órgãos internacionais, assim como grupos e indivíduos em posições de poder e riqueza. Falar de direitos humanos (inclusive do direito ao alimento, à moradia, à educação, à saúde e à renda), de meio ambiente ou de apoio à democracia e à diversidade cultural é infinitamente mais lógico do ponto de vista do homem.

São, portanto, duas maneiras de se encarar o desenvolvimento sustentável: do ponto de vista dos recursos naturais e do ponto de vista do homem.

A CEPAL apresentou, em 1991, o documento *O Desenvolvimento Sustentável: transformação produtiva, equidade e meio ambiente*, que adota a linha *Nossa Própria Agenda*, com ênfase, entretanto, para a necessidade de harmonizar os desafios de tornar as economias latino-americanas mais competitivas, e promover a equidade social, pre-

servando o meio ambiente e conservando os recursos naturais.

O recente Informe de 1991 sobre o Desenvolvimento Humano, do PNUD, frisa que a ausência de compromisso político e não a falta de recursos financeiros é, com frequência, a causa verdadeira do abandono em que se encontra o homem. E apresenta duas condições para implementar-se o desenvolvimento sustentável: a primeira é que a essência da convivência social não seja a satisfação irrestrita dos desejos de cada indivíduo, e sim o respeito às potencialidades, às possibilidades, às necessidades e ao interesse de todos os seus membros; a segunda é que as opções da geração atual não se façam em detrimento das opções das gerações futuras.

Mais recentemente, o Brasil, bem como outros países latino-americanos têm demonstrado ser impossível manter-se a estrutura tradicional de financiamentos internacionais sem que sejam criados fundos adicionais para projetos de proteção ambiental e transferência de tecnologia. Porque a implementação deste novo estilo de desenvolvimento impõe que se recupere a capacidade de poupança, que se supere a crise fiscal e que se equacione o impasse atual, em que o superávit do balanço de pagamento é drenado pelas obrigações de reembolso da dívida externa a seus serviços. Isto sem mencionar aspectos éticos, políticos e sociais, entre outros.

A proposta da CIMA (Comissão Interministerial para Preparação da CNUMAD) no *Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, de setembro de 1991, intitulado *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*, é crítica em relação às poucas alternativas que estão à disposição dos países em desenvolvimento para implementarem uma nova estratégia racional de desenvolvimento. Sugere-se a conversão da dívida externa para aplicação em projetos de meio ambiente; a contenção do nível de endividamento; e uma nova cooperação internacional, que inclua doações ou empréstimos altamente concessionais.

A recente *Declaração de Manaus* (10/11.2.1992) basicamente responsabiliza os países desenvolvidos por danos à natureza e afirma que "*um planeta ambientalmente sadio deve corresponder a um mundo social e economicamente justo*".

Finalmente, há indícios de que estas tentativas que os países subdesenvolvidos têm empreendido para deixar

transparecer a diferença que existe entre os compromissos dos vários países do mundo para com o "nosso futuro comum" começam a surtir efeito. O secretariado do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) tem dado claros sinais de que se não houver incentivo real, e não somente retórico, para que os países em desenvolvimento implementem políticas ambientalistas, nada ou quase nada poderá ser feito, dada a escassez de recursos financeiros e tecnológicos e, principalmente, dada a gravidade dos outros problemas que concorrem com os ambientais nas agendas destes diversos países, como a erradicação do analfabetismo e da miséria, para só citar alguns.

O importante é que, com esclarecimentos sobre que tipo de desenvolvimento sustentável é viável em cada sociedade, a Conferência de Junho/92 consiga incorporar ao conceito os elementos humanos, éticos, políticos, culturais e sociais realmente necessários para validar esta utopia, além dos econômicos, até agora predominantes.